

ATA N.º 02/2026

---- Reunião ordinária do dia vinte e oito de janeiro de dois mil e vinte e seis.-----
---- No dia vinte e oito de janeiro de dois mil e vinte e seis, reuniu o órgão executivo ordinariamente, no salão nobre do edifício dos Paços do Concelho, com a participação de Carla Alexandra Pereira da Silva, para redação da respetiva ata.-----
---- Nesta data, encontravam-se em efetividade de funções os membros: Pedro Amadeu Fernandes Lopes Lobo, Presidente; Paula Cristina Dias Coutinho, Vice-Presidente; Luís Fernando Martins, Hermínio Pedro Marques Martins, José Carlos Ribeiro de Sousa, Sérgio Soares da Silva e Rui Manuel de Jesus Correia, Vereadores.-----
---- A reunião foi declarada aberta às dezassete horas.-----
---- Foi registada a falta justificada de Pedro Lobo.-----

Ordem de Trabalhos

- Pedidos de Isenção de Taxa:-----
 - 1) CDC de Paradelá do Vouga-----
 - 2) Agim-----
 - 3) Associação Cultural e Recreativa de Pessegueiro do Vouga-----
 - 4) Fábrica da Igreja da Freguesia de Talhadas-----
- Incentivo à Natalidade – Aprovação de Candidaturas-----
- Clube Recreativo e Cultural de Talhadas – Subsídio Extraordinário-----
- Freguesia de Pessegueiro do Vouga – Programa de Apoio a Atividades Diversas 2026-----
- Freguesia de Sever do Vouga – Programa de Apoio a Atividades Diversas 2025 – Alteração-----
- Freguesia de Pessegueiro do Vouga – Programa de Apoio a Atividades Diversas 2025 – Alteração-----
- Exposição “Ver e Sentir SeVer” – Donativo-----
- OMTEL – Alteração de Contrato de Arrendamento-----
- CIL – Concurso Intermunicipal da Leitura – Atribuição de Prémios-----
- “Construção da Extensão de Saúde de Talhadas” – Abertura de Procedimento-----
- Mapa de Pessoal de 2026 – 2ª Alteração-----

Período de Antes da Ordem do Dia

Ata 01 de 14 de janeiro de 2026: - Antes de passar à votação da ata da reunião anterior, a Vice-Presidente da Câmara Municipal perguntou se alguém queria intervir sobre a mesma. **Luís Martins** referiu que, segundo a leitura que fez da ata, não se encontram registadas a pergunta que colocou sobre a gravação das reuniões nem a respetiva resposta, devendo essas referências constar da redação final da ata. De seguida, propôs que as reuniões públicas, para além de serem efetivamente gravadas, passem também a ter as gravações publicitadas no site do município, por razões de transparência. Em alternativa, informou que passará a efetuar ele próprio a gravação das reuniões em que participe. Referiu igualmente existir um parecer da Comissão de Coordenação da Região Centro que afirma, e citou, que *“sim, como vereador pode gravar as reuniões da Câmara Municipal, pois é um direito de acesso à informação, gravação e registo da atividade autárquica, especialmente nas reuniões que são públicas ou que se destinam a fundamentar decisões”*.-----

A **Vice-Presidente da Câmara Municipal** aproveitou para esclarecer que, relativamente às questões que o Vereador Luís Martins indicou na reunião anterior, como tendo sido abordadas na reunião de 23 de dezembro de 2025, procedeu à revisão e audição das gravações, não tendo sido encontrada qualquer referência às mesmas. Acrescentou que, ainda assim, foi tomada boa nota das questões referidas na ata n.º 1, às quais serão dadas as respetivas respostas.-----

A ata n.º 01, de 14 de janeiro de 2026, foi aprovada por maioria, com uma abstenção de Luís Martins.-----

Resumo Diário de Tesouraria:-----

Em 23 de janeiro de 2026, o “Resumo Diário de Tesouraria” apresentava os seguintes valores: operações orçamentais = € 5 049 350,44 (cinco milhões, quarenta e nove mil,

trezentos e cinquenta euros e quarenta e quatro centimos) e operações não orçamentais = € 1 112 813,25 (um milhão, cento e doze mil, oitocentos e treze euros e vinte e cinco centimos).-----

Fundos Disponíveis: - Em 23 de janeiro de 2026, os fundos disponíveis apresentavam o valor em euros de € 3 666 750,43 (três milhões, seiscentos e sessenta e seis mil, setecentos e cinquenta euros e quarenta e três centimos).-----

Correspondência:-----

A Câmara Municipal tomou conhecimento da informação contida nos mapas, nas informações e nos outros documentos a seguir indicados:-----

– **Conta Corrente dos Fundos Disponíveis**-----

Sérgio Silva referiu que, já na reunião anterior, chamou a atenção para o facto de a coluna relativa à descrição de alguns movimentos efetuados se encontrar em branco, alertando que, no documento apresentado hoje, continuam a existir algumas linhas em branco.-----

A **Vice-Presidente da Câmara Municipal** esclareceu, em resposta à questão colocada anteriormente, que os valores em causa dizem respeito à devolução de valores de RSU resultantes de pagamentos efetuados em duplicado por clientes da AdRA. Referiu ainda que alguns dos valores de devolução de RSU aparecem em branco no PDF extraído do programa informático. Quanto às anotações sem descrição, algumas identificadas como “consumidor final”, informou que as mesmas se referem a valores do serviço do SAAS, correspondentes a apoios eventuais, não sendo mencionados os nomes das pessoas por força das regras de proteção de dados.-----

– **Bens e Serviços – Procedimentos Ativos**-----

Intervenções:-----

Luís Martins referiu que a sua intervenção se prende com a questão das alegadas denúncias anónimas que o Vereador Hermínio Martins afirmou terem sido efetuadas por si. Esclareceu que desconhece se tal afirmação corresponde a um boato ou a uma forma de vitimização preventiva, afirmando, contudo, que não procede a denúncias anónimas e que, sempre que entenda necessário apresentar alguma denúncia, os membros do executivo serão os primeiros a ter conhecimento. Por esse motivo, faz questão de solicitar em reunião de Câmara a informação que é necessária para esclarecer tudo o que é necessário esclarecer e, caso essa informação não lhe seja disponibilizada, recorrerá às entidades competentes. Manifestou ainda a sua discordância quanto a tentativas de o responsabilizar por outras dificuldades, afirmando que esperava uma postura diferente por parte do Vereador Hermínio Martins. Referiu, ainda, que a oposição é frequentemente confrontada pela população com questões relacionadas, entre outras matérias, com o estado das estradas, a aplicação dos fundos destinados ao apoio às vítimas dos incêndios e a execução das obras realizadas. Concluiu salientando que o dinheiro gerido pelo executivo não é seu, mas que pertence ao povo, pelo que deve ser prestada a devida conta, sendo esse o papel da oposição. Por fim, solicitou que a informação requerida fosse disponibilizada com a máxima brevidade, sob pena de a vir a solicitar junto das entidades competentes.-----

A **Vice-Presidente da Câmara Municipal** perguntou se o Vereador tinha terminado a sua intervenção.-----

Luís Martins respondeu que sim e que faria chegar o documento com as questões. Reiterou a proposta apresentada no início da sessão, sugerindo que as gravações das reuniões públicas sejam publicadas no site da Câmara, em nome da transparência.-----

Sérgio Silva começou por dizer que a infelicidade que aconteceu ao Presidente da Câmara Municipal poderia acontecer a qualquer pessoa e desejou as suas rápidas melhoras para que o executivo possa voltar a estar completo. Lamentou a falta de compromisso dos vereadores Hermínio Martins e Rui Correia, sublinhando que ambos se apresentaram à população em campanha eleitoral para um mandato de quatro anos, mas que poderão não vir a cumprir esse período na totalidade, dado que o Vereador Hermínio Martins ainda não se encontra em exercício e o Vereador Rui Correia exerce apenas funções a meio tempo. Referiu que, apesar da Vice-presidente dizer que a Câmara funciona muito bem porque tem muitos bons funcionários, independentemente da competência dos funcionários, as eleições têm lugar de

quatro em quatro anos precisamente para garantir que os executivos estejam completos e em pleno exercício, permitindo o bom funcionamento da Câmara. Disse considerar que existe uma falta de solidariedade dos vereadores para com Presidente da Câmara, que teve uma infelicidade, e que nem com essa infelicidade houve um acelerar das suas situações profissionais para se disponibilizarem ao serviço e para ajudarem a Vice-Presidente, em quem recai quase todo o trabalho. Mais referiu que durante a campanha eleitoral passada, este executivo PSD pediu aos severenses uma maioria, se pediram uma maioria é porque queriam governar sozinhos, e se queriam governar sozinhos é porque não precisam dos vereadores da oposição. Por fim, afirmou que, enquanto não estiverem presentes quatro vereadores nas reuniões de Câmara, que é a maioria eleita pelo povo, deixará de participar nas mesmas, sublinhando que caberia aos restantes garantir a presença dos elementos necessários para manter o quórum e permitir o desenvolvimento dos trabalhos.-----

Luís Martins voltou a fazer uso da palavra para dizer que partilha da mesma opinião do Vereador Sérgio Silva. Referiu que, na primeira reunião em que não pôde estar presente, fez-se substituir por alguém, portanto, essa forma de atuação deve ser extensiva ao grupo do PSD. Informou ainda que, caso na próxima reunião de Câmara não estejam presentes quatro vereadores do PSD, também não participará na reunião.-----

A **Vice-Presidente da Câmara Municipal** tomou a palavra para prestar esclarecimentos sobre as intervenções dos vereadores. Começando pela intervenção do Vereador Luís Martins, relativamente às denúncias anónimas, referiu que, se a memória não a falha, não houve qualquer referência ao seu nome nem a outro qualquer nome.-----

Luís Martins referiu que a referência ao seu nome foi feita fora da reunião de Câmara.-----

A **Vice-Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que, na reunião de Câmara em que foi abordado esse assunto, não foi mencionado nenhum nome. Acrescentou que o órgão não é responsável pelo teor das conversas que ocorram fora da reunião. Relativamente à publicação das gravações, informou que será analisado se se irá avançar com essa medida e de que forma, lembrando que se tratam de gravações áudio e não visuais. Quanto às questões anteriormente colocadas, adiantou que oportunamente serão fornecidas as respostas, como tem sido prática até ao momento. Em relação ao Vereador Sérgio Silva, a Vice-Presidente afirmou que todos os vereadores eleitos estão presentes e em exercício, sendo a única ausência a do Presidente da Câmara, por motivos já sobejamente conhecidos, esperando-se a sua rápida recuperação. Esclareceu que, portanto, não há necessidade de substituição de qualquer vereador e que todos os cargos estão a ser assumidos pelos respetivos titulares. Referiu ainda que, conforme já foi indicado em várias reuniões camarárias, a delegação de competências cabe ao Presidente da Câmara, que pode decidir a quem delegar ou optar por não delegar em nenhum vereador, sem que isso impeça o funcionamento da Câmara. Quanto à preocupação do Vereador Sérgio Silva para com a sua pessoa, afirmou que desempenha as suas funções de boa vontade e com o objetivo de servir a população de Sever do Vouga da melhor forma possível. Acrescentou que, caso haja alguma queixa relativa a trabalhos por executar ou respostas por fornecer, solicita que seja feita de forma objetiva, garantindo que serão dadas as devidas respostas aos assuntos pendentes no município, pois é para isso que são efetivamente eleitos.-----

-----Período da Ordem do Dia-----

Pedidos de Isenção de Taxa:-----

1) CDC de Paradela do Vouga: - Atendendo ao pedido efetuado pelo Centro Desportivo e Cultural de Paradela do Vouga e a respetiva informação dos serviços administrativos, a Câmara Municipal aprovou, por unanimidade, a isenção do pagamento da taxa relacionada com a emissão de uma Licença Especial de Ruído, para um torneio de sueca, no dia 31 de janeiro de 2026.-----

Esta deliberação foi tomada ao abrigo da alínea a), do n.º 2 do artigo 8º do Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais.-----

Votação: A favor – Paula Coutinho, Luís Martins, Hermínio Martins, José Sousa, Sérgio Silva e Rui Correia.-----

2) Agim: - Analisado o pedido apresentado pela Agim – Associação para os Pequenos Frutos e Inovação Empresarial e a respetiva informação dos serviços administrativos, a Câmara Municipal aprovou, por unanimidade, a isenção do pagamento da taxa relacionada com a utilização da cozinha comunitária para a realização da formação “Confeção de Compotas, Licores, Conservas e Ervas Aromáticas e Condimentares”.-----
Esta deliberação foi tomada ao abrigo da alínea a), do n.º 2 do artigo 8º do Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais.-----
Votação: A favor – Paula Coutinho, Luís Martins, Hermínio Martins, José Sousa, Sérgio Silva e Rui Correia.-----

3) Associação Cultural e Recreativa de Pessegueiro do Vouga: - Tendo em consideração o pedido apresentado pela Associação Cultural e Recreativa de Pessegueiro do Vouga e a respetiva informação dos serviços administrativos, a Câmara Municipal aprovou, por unanimidade, a isenção do pagamento da taxa relacionada com a utilização do autocarro municipal, no dia 10 de janeiro de 2026, para uma viagem a Oliveira do Hospital onde participaram num jogo do Campeonato Regional.-----
Esta deliberação foi tomada ao abrigo da alínea a), do n.º 2 do artigo 8º do Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais.-----
Votação: A favor – Paula Coutinho, Luís Martins, Hermínio Martins, José Sousa, Sérgio Silva e Rui Correia.-----

4) Fábrica da Igreja da Freguesia de Talhadas: - Foi presente e analisado o pedido apresentado pela Fábrica da Igreja da Freguesia de Talhadas e a respetiva informação dos serviços administrativos, a Câmara Municipal aprovou, por unanimidade, a isenção do pagamento da taxa relacionada com a emissão de uma Licença Especial de Ruído para a Festa em Honra de Santa Eufémia, a realizar-se nos dias 07 e 08 de fevereiro de 2026.-----
Esta deliberação foi tomada ao abrigo da alínea a), do n.º 2 do artigo 8º do Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais.-----
Votação: A favor – Paula Coutinho, Luís Martins, Hermínio Martins, José Sousa, Sérgio Silva e Rui Correia.-----

Incentivo à Natalidade – Aprovação de Candidaturas: - O órgão executivo aprovou, por unanimidade, atribuir o Incentivo à Natalidade aos candidatos cujos processos têm os números 349 e 351, nos termos das informações internas elaboradas pela Técnica Superior do Serviço de Ação Social.-----
Votação: A favor – Paula Coutinho, Luís Martins, Hermínio Martins, José Sousa, Sérgio Silva e Rui Correia.-----

Clube Recreativo e Cultural de Talhadas – Subsídio Extraordinário: - Tendo em consideração o pedido efetuado pelo Clube Recreativo e Cultural de Talhadas, o órgão executivo aprovou, por unanimidade, a atribuição de um subsídio extraordinário, no valor de € 3 900,00 (três mil e novecentos euros), ao abrigo do artigo 7º do Regulamento de Apoio ao Associativismo, destinado a apoiar a substituição da iluminação existente por iluminação LED e a aquisição de um banco de suplentes móvel, mediante a celebração de um Contrato-Programa de Apoio ao Investimento.-----
Votação: A favor – Paula Coutinho, Luís Martins, Hermínio Martins, José Sousa, Sérgio Silva e Rui Correia.-----

Freguesia de Pessegueiro do Vouga – Programa de Apoio a Atividades Diversas 2026: - Considerando a candidatura apresentada pela Freguesia de Pessegueiro do Vouga, ao Programa de Apoio a Atividades Diversas, a Câmara Municipal aprovou, por unanimidade, a atribuição do apoio a atividades diversas, até ao valor de € 5 000,00 (cinco mil euros), nos termos do regulamento em vigor e com base no previsto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----
Votação: A favor – Paula Coutinho, Luís Martins, Hermínio Martins, José Sousa, Sérgio Silva e Rui Correia.-----

Freguesia de Sever do Vouga – Programa de Apoio a Atividades Diversas 2025 – Alteração: - Em reunião de Câmara de 22 de janeiro de 2025, foi aprovada a atribuição de apoio a atividades diversas para o ano de 2025 no valor de € 4 000,00 (quatro mil euros). Em sessão

de 21 de fevereiro de 2025, o valor do apoio a conceder às juntas de freguesia para atividades diversas foi aumentado para € 5 000,00 (cinco mil euros). Atendendo ao pedido apresentado pela Junta de Freguesia de Pessegueiro do Vouga, a Câmara Municipal aprovou, por unanimidade, a alteração do valor de atividades referentes ao ano de 2025 para € 5 000,00 (cinco mil euros), mediante a celebração de uma alteração ao protocolo celebrado em 23 de janeiro de 2025.-----

Votação: A favor – Paula Coutinho, Luís Martins, Hermínio Martins, José Sousa, Sérgio Silva e Rui Correia.-----

Freguesia de Pessegueiro do Vouga – Programa de Apoio a Atividades Diversas 2025 –

Alteração: - Em reunião de Câmara de 22 de janeiro de 2025, foi aprovada a atribuição de apoio a atividades diversas para o ano de 2025 no valor de € 4 000,00 (quatro mil euros). Em sessão de 21 de fevereiro de 2025, o valor do apoio a conceder às juntas de freguesia para atividades diversas foi aumentado para € 5 000,00 (cinco mil euros). Atendendo ao pedido apresentado pela Junta de Freguesia de Pessegueiro do Vouga, a Câmara Municipal aprovou, por unanimidade, a alteração do valor de atividades referentes ao ano de 2025 para € 5 000,00 (cinco mil euros), mediante a celebração de uma alteração ao protocolo celebrado em 23 de janeiro de 2025.-----

Votação: A favor – Paula Coutinho, Luís Martins, Hermínio Martins, José Sousa, Sérgio Silva e Rui Correia.-----

Exposição “Ver e Sentir SeVer” – Donativo: - Tendo o senhor José Manuel Machado da Silva, autor da exposição “Ver e Sentir SeVer”, manifestado a sua vontade de doar a receita resultante da venda das respetivas fotografias, bem como de proceder à sua distribuição por sete instituições do concelho, foi apresentada proposta para a aceitação da referida doação e distribuição do valor por sete instituições do concelho.-----

Sérgio Silva perguntou qual o critério utilizado na escolha das instituições.-----

A **Vice-Presidente da Câmara Municipal** respondeu que as instituições foram escolhidas pelo autor da exposição.-----

A Câmara Municipal aprovou, por unanimidade, a aceitação da doação da receita proveniente da venda das fotografias, que totalizou € 515,00 (quinhentos e quinze euros), para ser repartida em partes iguais pelas seguintes instituições do concelho:-----

- APCDI-----
- Associação SeVerde-----
- Centro Paroquial e Social Maria da Glória-----
- Fundação Bernardo Barbosa de Quadros-----
- Mão Amiga – Fundação Edite Silva Matos-----
- Mimos e Tratos-----
- Santa Casa da Misericórdia de Sever do Vouga-----

Votação: A favor – Paula Coutinho, Luís Martins, Hermínio Martins, José Sousa, Sérgio Silva e Rui Correia.-----

OMTEL – Alteração de Contrato de Arrendamento: - Este ponto foi retirado da Ordem do Dia.-----

CIL – Concurso Intermunicipal da Leitura – Atribuição de Prémios: - O órgão executivo aprovou, por unanimidade, a atribuição de quatro cheques, no valor de € 100,00 (cem euros) cada, aos primeiros classificados das quatro categorias da fase concelhia do Concurso Intermunicipal de Leitura 2026, com participantes do 1º, 2º, 3º CEB e Secundária de Sever do Vouga.-----

Votação: A favor – Paula Coutinho, Hermínio Martins, Sérgio Silva e Rui Correia;

Abstenções – Luís Martins e José Sousa.-----

“Construção da Extensão de Saúde de Talhadas” – Abertura de Procedimento: - Foi apresentada uma proposta para a abertura de um procedimento, através de concurso público, para a realização da empreitada “Construção da Extensão de Saúde de Talhadas”.-----

Sérgio Silva referiu que tinha algumas questões a colocar. Começou por salientar que, logo no primeiro parágrafo da informação, se menciona a construção de uma unidade de saúde de “cuidados de saúde primários com mais respostas”, questionando quais seriam,

concretamente, essas respostas adicionais. Referiu ainda que, na mesma página, se afirma que esta unidade de saúde é criada para “dar resposta ao défice de instalações de cuidados de saúde”. A este propósito, afirmou que, tanto quanto é do seu conhecimento, existem inúmeras instalações de cuidados de saúde abandonadas em todo o concelho, algumas delas construídas recentemente, modernas e com condições para a prestação de cuidados de saúde primários, mencionando especificamente a extensão de saúde de Rocas de Vouga e a extensão de saúde de Couto de Esteves. Acrescentou que, noutras freguesias, como Talhadas e Cedrim, existem igualmente extensões de saúde abandonadas, pelo que não lhe parece correto afirmar a existência de um défice de instalações de cuidados de saúde. Acrescentou ainda que, no seu entendimento, o verdadeiro défice existente é o de médicos e não o de instalações de cuidados de saúde. Referiu ainda que considera estranho que a Câmara Municipal, sendo de orientação social-democrata, não faça cumprir nem responda aos valores desse partido, nomeadamente através do complemento da lacuna existente no Serviço Nacional de Saúde com parcerias público-privadas e da contratação imediata de médicos privados para responder às necessidades atuais da população severense. Referiu também que a negociação efetuada por esta Câmara com o Estado, quer para a construção de novas instalações de saúde, quer na aceitação da delegação de competências, foi, na sua perspectiva, ruínosa para o Estado e desadequada para o concelho, defendendo que deveriam ter sido negociadas condições para a contratação de médicos, uma vez que a construção de novas instalações não constitui, por si só, garantia da fixação de médicos no concelho. Neste contexto, colocou a questão sobre quais as medidas que a Câmara Municipal pretende adotar, ou quais os compromissos assumidos entre o Ministério da Saúde e a Câmara, relativamente à utilização de cada uma das extensões de saúde encerradas e das que venham a encerrar após a construção das duas novas unidades de saúde no concelho. Do ponto de vista técnico, questionou igualmente o prazo de execução da empreitada, fixado em 360 dias, considerando pouco credível que a obra possa ser concluída nesse período. Referiu ainda que, da análise ao mapa de quantidades, não consta qualquer referência a mobiliário, equipamento informático ou equipamentos médicos, colocando a questão de quem será responsável pelo financiamento desses elementos. Por fim, referiu não ser possível compreender a distinção entre o programa público e o programa privado sem o apoio de informação desenhada, necessária para a compreensão da arquitetura, da dimensão e de algumas características técnicas da obra, pelo que solicitou a sua partilha. -----

A Vice-Presidente da Câmara Municipal explicou que o ponto em apreço era submetido ao órgão executivo pela segunda vez, uma vez que o procedimento anterior, lançado por valor inferior, tinha ficado deserto. Referiu que o Município e o atual executivo estão fortemente comprometidos com a área da saúde, procurando garantir cuidados de saúde primários cada vez mais adequados às necessidades da população do concelho. Informou que, atualmente, encontram-se colocados oito médicos no concelho, um dos quais ao abrigo de um protocolo existente entre o antigo ACeS, o Município e o respetivo médico, e os restantes através da colocação de médicos no Centro de Saúde de Sever do Vouga. Nesse sentido, afirmou que não existe falta de médicos, mas sim um problema relacionado com a insuficiência de consultas disponíveis para os munícipes, situação que afeta não só o concelho, mas também outras zonas do país. Acrescentou que esta tem sido uma preocupação constante do executivo, tendo sido exercida pressão junto do poder central no sentido de obter uma resposta mais eficaz ao nível dos cuidados de saúde primários no concelho. Referiu ainda que foi transmitido à tutela da saúde que, na ausência de cuidados de saúde primários adequados, continuarão a verificar-se situações de sobrelotação nos hospitais centrais, a ocorrerem mortes e outras tragédias como se tem vindo a assistir através dos meios de comunicação. Manifestou igualmente preocupação com a necessidade de reabertura das extensões de saúde existentes no concelho, atendendo à dispersão territorial, às grandes distâncias e ao envelhecimento da população, considerando que estas circunstâncias exigem uma resposta diferenciada e uma discriminação positiva no acesso aos cuidados de saúde. Disse, ainda, que, na passada semana, foi realizada uma auscultação dos agentes locais de saúde com vista à elaboração do plano local de saúde para o município,

onde foi, também, elencada a necessidade de se olhar para o passado, quando as extensões de saúde estavam abertas e funcionavam e comparar com a centralização no Centro de Saúde onde os utentes se deslocam e não conseguem consultas, situação que o executivo está empenhado em resolver. Salientou que a responsabilidade técnica do Centro de Saúde, nomeadamente no que respeita a médicos, enfermeiros e assistentes técnicos, não é da responsabilidade do Município, mas que, em todo o caso, cabe ao executivo, enquanto responsáveis pela gestão do Município, acautelar que as coisas sejam feitas de acordo com as necessidades da população. Relativamente à transferência de competências na área da saúde, recordou que, à semelhança de outras áreas, a mesma acabaria por ser imposta caso não tivesse sido aceite, pelo que, mais cedo ou mais tarde, esta matéria passaria a ser da responsabilidade municipal. Esclareceu que a construção da extensão de saúde de Talhadas se justifica pelo facto de o edificado existente não reunir as condições adequadas, ao contrário de outras extensões de saúde do concelho, tendo o Município aproveitado a existência de uma proposta e de uma candidatura estatal para criar as condições necessárias naquele equipamento. Quanto às questões relacionadas com o projeto e as peças desenhadas, convidou o vereador interveniente e os restantes membros do executivo a consultarem o processo nas instalações do Município. Concluiu afirmando a sua profunda preocupação com a situação da saúde em Sever do Vouga, manifestando igualmente o desejo de ver as extensões de saúde abertas em todas as freguesias.-----

Sérgio Silva referiu que tinha colocado algumas perguntas que não tinham sido respondidas, nomeadamente quais as outras valências da extensão de saúde de Talhadas, além dos cuidados primários, e o que é que a Câmara, ou Estado, vai fazer às extensões de encerradas e às que vão encerrar.-----

A Vice-Presidente da Câmara Municipal disse considerar ter respondido ao Vereador quando referiu que a intenção do executivo é, em articulação com a tutela da saúde, assegurar que todas as extensões de saúde existentes no concelho tenham atividade, salientando que se pretende ver todas as extensões de saúde abertas e que é nesse sentido que o município está a trabalhar.-----

Sérgio Silva questionou quem será responsável pelo financiamento do mobiliário, do equipamento informático e dos equipamentos médicos, uma vez que estes não estão incluídos no mapa de quantidades.-----

A Vice-Presidente da Câmara Municipal afirmou que, relativamente às questões colocadas, considerava ter respondido à maioria delas. Salientou que o objetivo do executivo é garantir ao concelho uma resposta de saúde de proximidade para os munícipes, destacando que a abertura das extensões de saúde visa precisamente essa proximidade, atendendo a que o território é extenso e maioritariamente envelhecido, sendo necessário criar condições para que a população não fique desprovida de cuidados de saúde primários. Referiu ainda que, relativamente ao mapa de quantidades, os equipamentos informáticos e médicos serão objeto de uma futura candidatura e de um próximo lançamento destinado a equipar a extensão de saúde. Por fim, disse que os restantes elementos do projeto podiam ser consultados pelos interessados, como já tinha referido.-----

Luís Martins interveio para questionar se realmente havia falta de consultas para os cidadãos, e não falta de médicos em Sever do Vouga, ou se ele próprio tinha interpretado mal a informação que ouviu.-----

A Vice-Presidente da Câmara Municipal explicou que, atualmente, existem oito médicos atribuídos ao município de Sever do Vouga. Efetivamente, os médicos estão presentes no território, mas o executivo também tem recebido algumas queixas de que as consultas são marcadas e depois desmarcadas, resultando na falta de atendimento. Assegurou que o executivo está a trabalhar para colmatar essa falta e compreender as razões desse problema, pois, se existem oito médicos no concelho, por que razão não há consultas disponíveis - alguma coisa não está a funcionar corretamente, e poderá ser necessário recorrer a medidas semelhantes às de Estarreja, onde a tutela pediu uma auditoria para tentar identificar a origem dos problemas.-----

José Sousa deu um exemplo real da sua situação - tem um médico de família atribuído e há cerca de um ano e meio que não é consultado. Afirmou que, embora haja a informação de que os cidadãos têm médico atribuído, na prática esses médicos não comparecem.-----

A **Vice-Presidente da Câmara Municipal** afirmou que o executivo está a tentar, junto da tutela, resolver a situação e acrescentou que o órgão executivo aprovou um incentivo à fixação de médicos no concelho com o objetivo de garantir atendimento médico a todos, pois é inadmissível que ainda haja falta de consultas.-----

Analizada a documentação, a Câmara Municipal decidiu, por maioria, ao abrigo do previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 18º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, aprovar a abertura de um concurso público, para a empreitada “Construção da Extensão de Saúde de Talhadas”.

Foi, de igual modo, aprovado o seguinte:-----

a) Que o júri do procedimento fosse constituído pelos seguintes elementos:-----

Efetivos:-----

- Fernando Marques Sá Marinheiro;-----

- Bruno Miguel de Jesus Machado;-----

- Sandra Cristina Pinhão Veiga.-----

Suplentes:-----

- Rui Fernando Fernandes Loureiro;-----

- Jorge Ricardo Tavares Gonçalves;-----

- Daniela Cristina Marques Rodrigues;-----

- Alfredo Miguel Dias de Castro.-----

b) Que o valor do preço base do contrato – artigo 47º do CCP – fosse fixado em € 600 000,00 (seiscentos mil euros);-----

c) Que o prazo de execução do contrato seja de 360 dias;-----

d) Que nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 18º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, foi autorizada a despesa relacionada com a execução desta empreitada;-----

e) Que não é necessário solicitar autorização à Assembleia Municipal, nos termos do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, para a assunção de encargos plurianuais, porque foram autorizados com a aprovação do PPI, designadamente para o ano de 2026.-----

Votação: A favor – Paula Coutinho, Hermínio Martins, e Rui Correia; Abstenções – Luís Martins, José Sousa e Sérgio Silva.-----

Mapa de Pessoal de 2026 – 2ª Alteração: - Foi apresentada a seguinte proposta de alteração ao Mapa de Pessoal de 2026:-----

1. Que o lugar existente de um Técnico Superior, com licenciatura na área de Arquivo, no Mapa de Pessoal de 2026, afeto ao Núcleo de Atendimento Administrativo e Gestão de Arquivo, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado passe a ser considerado em regime de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo.-----

Luís Martins perguntou quantos funcionários tinha a Câmara Municipal antes da alteração e com quantos funcionários ficará depois da alteração.-----

A **Vice-Presidente da Câmara Municipal** informou que o mapa de pessoal prevê 251 lugares, dos quais 198 estão atualmente preenchidos.-----

Analizada a proposta e respetiva documentação, o órgão executivo aprovou, por maioria, apresentar a 2ª alteração ao Mapa de Pessoal de 2026 à apreciação da Assembleia Municipal com vista à sua aprovação.-----

Votação: A favor – Paula Coutinho, Hermínio Martins, e Rui Correia; Abstenções – Luís Martins, José Sousa e Sérgio Silva.-----

-----Período Destinado ao Público-----

Não houve participação do público.-----

---- Nada mais havendo a tratar, deu-se como concluída esta reunião, cuja ata em minuta foi aprovada, por unanimidade, no final, para produzir eficácia imediata, tendo sido elaborada a presente ata, que vai ser assinada pelo Presidente deste órgão e por quem a redigiu.-----